

COMO AS POLÍTICAS DE ESTADO REFLETEM NO SETOR EDUCACIONAL

Daisy Verusca Gomes de Sousa¹
Dayse Daniela de Carvalho dos Anjos²
Elba Cristina Rodrigues Santos³
Mércia Conceição Monte de Amorim Gonçalves⁴

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo comparar e identificar as semelhanças e diferenças encontradas entre dois modelos de gestão, fazendo assim uma inter-relação desses modelos com as Políticas Públicas de Estado. A pesquisa foi realizada com duas gestoras de escolas distintas, sendo uma escola municipal e outra de referência, ambas situadas na cidade de Caruaru - PE, realizando entrevistas com as mesmas. Assim, foi possível analisar as respostas das entrevistadas relacionando-as com as teorias estudadas em sala de aula durante a disciplina de Políticas Educacionais do Curso de Matemática - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no Centro Acadêmico do Agreste (CAA), como também, comparar os perfis das gestões adotadas.

Palavras-chave: Políticas públicas, Políticas educacionais, Gestão escolar.

INTRODUÇÃO

No curso Matemática – Licenciatura ofertado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no Centro Acadêmico do Agreste (CAA) estudamos a disciplina de Políticas Educacionais, na qual nos apresentou informações teóricas sobre como o governo relaciona o sistema educacional com suas medidas e disposições para o planejamento e implementação de política de Estado dentro de uma sociedade. E por incentivo do docente, nos instigou a realizar uma pesquisa em campo para que pudéssemos analisar como funcionava a gestão escolar interligada com essas políticas.

As políticas públicas educacionais tem sua atenção voltada totalmente às questões escolares, ou seja, todas as intenções que posteriormente serão explanadas em ações feitas e desfeitas pelos órgãos competentes relacionados à educação são consideradas políticas públicas. Essas ações são realizadas através de programas governamentais que buscam

¹ Graduanda do Curso da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, daisy_veruska@hotmail.com;

² Graduanda do Curso da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, dayse.daniela11@gmail.com;

³ Graduanda do Curso da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, elba_rodrigues1@hotmail.com;

⁴ Graduanda do Curso da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, merciaecinha@hotmail.com.

medidas práticas que possam incluir e garantir a educação para todos os cidadãos (LENZI, 2018).

Ora, sabemos que as políticas públicas educacionais implementadas nas redes de ensino imprimir em marcas profundas na constituição do processo de escolarização. Assim, mais do que atual, é imprescindível conhecermos o que propõe o discurso oficial em relação à educação, ao nos depararmos com a realidade absolutamente contraditória da escola pública. A presença do poder público se dá geralmente por meio de programas de governo muitas vezes explicitados na forma de lei. A análise se deu conteúdo é peça-chave na compreensão das situações engendradas na escola (ASBAHS et al, 2006, p. 15).

As políticas públicas não surgem do nada, existem alguns níveis de influências para que ela seja criada, podendo ser internacional, nacional e local. Porém, cada um com seu interesse particular, visando para onde e para quem elas serão destinadas, qual o público ou localidade, isto é, fazendo certa pressão para a criação de políticas que possam favorecer esses influenciadores. Portanto, as políticas públicas são padronizadas as suas necessidades, pois mais adiante alguns ideários do neoliberalismo após apresentarem suas propostas podem enfim colher seus frutos.

Para Fonseca (2013), a intitulação de políticas públicas que é dada aos programas governamentais, onde tentam passar uma imagem de ‘generosidade’, não passa apenas de uma emboscada, pois na verdade toda essa farsa de programas criados com o objetivo de fazer todos os cidadãos terem seus direitos protegidos é apenas uma forma de encobrir uma disputa de poderes.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas sendo uma municipal e a outra de EREM (Escolas de Referência em Ensino Médio) na cidade de Caruaru – PE, na qual se buscou comparar e identificar às semelhanças, como também, as diferenças entre os dois modelos de gestão e relacionando-as com as políticas de Estado adotadas. Assim, essa pesquisa ocorreu com as duas gestoras das respectivas escolas.

Portanto, é uma pesquisa qualitativa porque “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contanto direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retrair a perspectiva dos participantes” (LÜDKE; ANDRÉ, 1995, p. 2). Assim como, é uma pesquisa de campo que segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 186) “[...] é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou

conhecimentos a cerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira provar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Dessa forma, os dados foram coletados diretamente pelas pesquisadoras por meio de uma entrevista com perguntas estruturadas. Em vista disso, uma entrevista é padronizada ou estruturada quando

é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano.

[...]

O pesquisador não é livre para adaptar suas perguntas a determinada situação, de alterar a ordem dos tópicos ou de fazer outras perguntas (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 197).

DESENVOLVIMENTO

As políticas educacionais desenvolvidas por um governo simbolizam suas características como modelo social vigente, isto é, refletem tanto nas orientações na estrutura quanto nos conteúdos dos currículos, como também, nas disputas de interesses dentro do próprio Estado. Para Cury (2010b)

As políticas de educação são plurais porque nascem de uma realidade social e política que se rebela em atender desígnios únicos. Grupos sociais e políticos dos vários níveis de governo não se conformam com orientações verticais. Isso significa considerar a força dos governos vigentes e o papel do Estado em matéria de avanços democráticos (CURY, 2010b, p. 185).

Assim, as políticas públicas são uma área extremamente complexa visto que engloba interesses políticos e econômicos, sociedade civil e acordos internacionais que se relacionam entre si. Além disso, temos o globalismo e o neoliberalismo como norteadores de como se é pensada a educação.

As transformações gerais da sociedade atual apontam a inevitabilidade de compreender o país no contexto da globalização, da revolução tecnológica e da ideologia do livre mercado (neoliberalismo). A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, juntamente com o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social (LIBÂNEO; OLIVEIRA, 1998, p. 606).

Em vista disso, a educação é relacionada com o desenvolvimento econômico do país, em razão de ser quem forma e qualifica a mão de obra que irão suprir a ineficiência e elevar a produtividade.

Essa centralidade se dá porque educação e conhecimento passam a ser do ponto de vista do capitalismo globalizado, força motriz e eixos da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico. São, portanto, bens econômicos necessários à transformação da produção, ao aumento do potencial científico e tecnológico e ao aumento do lucro e do poder de competição num mercado concorrencial que se quer livre e globalizado pelos defensores do neoliberalismo. Torna-se clara, portanto, a conexão estabelecida entre educação/conhecimento e desenvolvimento/desempenho econômico. A educação é, portanto, um problema econômico na visão neoliberal, já que é o elemento central desse novo padrão de desenvolvimento (LIBÂNEO; OLIVEIRA, 1998, p. 602).

Percebe-se, então, uma tentativa de retirar a responsabilidade do Estado sobre a educação e uma interferência de organismos internacionais, além disso, querem ampliar um discurso que com o neoliberalismo a responsabilidade da educação não seria exclusivamente do Estado. Portanto, “os sistemas educacionais deixaram de ser estritamente nacionais, e sua lógica (tanto de reprodução como de transformação) não pode ser compreendida se não penetrarmos no âmbito internacional e no papel das agências de financiamento” (TORRES, 2001, p. 74).

Assim, a educação brasileira desde 1930 trocou seu modelo de educação agrária pelo modelo industrial com foco na profissionalização das pessoas que vigorou até meados de 1960 e logo após se volta ao tecnicismo, visando atender as demandas de mercado. No entanto, foi com o Manifesto dos pioneiros em 1932 que possibilitou lutar por uma educação pública e de qualidade, como também, para que tivessem acesso à educação as pessoas das classes menos favorecidas.

As políticas educacionais devem ser construídas democraticamente, e cabe ao governo, a responsabilidade de proporcionar à sociedade condições e ferramentas para tornar essa educação uma fonte de desenvolvimento, e conseqüentemente, proporcionando a diminuição das desigualdades e melhorando as condições de vida da população. Em vista disso, a educação precisa cruzar os limites das paredes da escola e ser constituída coletivamente envolvendo a família, as religiões, a política e principalmente todos os membros da sociedade.

Segundo Oliveira (2010) a escola é o local mais apropriado para que a educação seja construída, além disso, todos os membros de uma sociedade tem a incumbência de participar e contribuir na melhoria da educação. Desse modo, as políticas públicas educacionais são as

etapas que o governo fornece ao ambiente escolar que promovem a todos os envolvidos um espaço de ensino- aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1- Ocorre uma gestão participativa nas tomadas de decisões, e se ocorre como acontece?	
Escola Municipal	Escola de Referência
A gestão participativa necessita de um trabalho colaborativo e integrado. Dentro dessa perspectiva a Equipe Gestora dessa Unidade de Ensino, se reúne para a tomada de decisões mais importantes. Isso acontece através de reuniões com a Equipe Gestora e a comunidade escolar.	Sim. Decisões são tomadas após análise em grupo como nos conselhos.

Dentro dessa dimensão nota-se que na escola municipal apresenta uma percepção mais ampliada sobre gestão participativa, enquanto, a de referência sinalizou como algo (coisa) meramente para cumprir procedimento.

2- Como você compreende as práticas pedagógicas na melhoria da qualidade do ensino?	
Escola Municipal	Escola de Referência
O processo educacional sempre foi alvo de intensas modificações e sempre busca diferentes práticas que possibilitem mudanças para uma nova prática Educacional, com o auxílio das novas tecnologias e o aprimoramento de um novo modo de pensar no que diz respeito a uma melhor qualidade de Ensino.	Práticas pedagógicas devem ser eficazes para um bom desempenho no processo ensino-aprendizagem.

Baseado no exposto, a escola municipal expressa uma preocupação de como aprimorar as práticas pedagógicas e de como irão refletir na qualidade do ensino, por outro lado, a escola de referência demonstra que sabe dá importância das práticas pedagógicas que

auxiliam no processo de ensino e aprendizagem, no entanto, exibe uma estagnação e conformismo para continuar do mesmo jeito.

3- Como você avalia o Plano Nacional de Educação que repercute diretamente nas políticas públicas Educacionais do município?	
<p>Escola Municipal</p> <p>O Plano de Educação Nacional é muito importante, pois possibilita aos estados e municípios a criação dos seus planos de Ensino. Possibilitando uma melhoria na qualidade do Ensino nas Escolas.</p>	<p>Escola de Referência</p> <p>Importante existir um documento norteador na nossa prática. Esse deve sempre considerar a real situação do ensino em suas diferentes modalidades.</p>

A perspectiva sobre o Plano Nacional de Educação para ambas as escolas se apresenta como sendo as diretrizes que as orientam no trajeto escolar. Ressaltando-se que para a escola de referência há uma preocupação quanto a sua abrangência, visto que, existem diferentes modalidades do ensino.

4- Sabendo da obrigação do Estado de uma educação gratuita. Por que mesmo tendo o discurso de que a educação é a peça principal para a mudança e desenvolvimento do país, o Estado não dá prioridade à mesma?	
<p>Escola Municipal</p> <p>Enquanto o Estado não compreender na prática a importância da Educação para a formação de cidadania, caminhamos a passos lentos.</p>	<p>Escola de Referência</p> <p>Penso que o Estado acredita que dá essa prioridade.</p>

De acordo com exposto, verifica-se que não há um entendimento sobre o papel no Estado como garantidor de uma educação gratuita e de qualidade, assim como, suas políticas refletem na atuação nos colégios.

5- Como sabemos a escola é um Aparelho Ideológico do Estado, que contribui de certa forma para dar continuidade ao sistema capitalista. De que forma, essa atual reforma da educação irá contribuir para a lógica da escola ser um aparelho ideológico do Estado?	
Escola Municipal	Escola de Referência
Infelizmente essa ideologia serve na ação de mascarar e manipular a realidade em favor da classe dominante.	Mudando o que deve ser ensinado nas escolas, pode ser uma tentativa voltada para o direcionamento dessa ideologia.

A escola municipal externa uma preocupação sobre como a educação (escola) é utilizada pelo Estado como Aparelho Ideológico para retratar o propósito da classe dominante, isto é, que a classe dominante continue a manter seus privilégios. Enquanto, na escola de referência aparenta não ter entendimento sobre o que seria Aparelho Ideológico do Estado.

6- Qual o real papel da escola na formação dos alunos e sua contribuição para a sociedade?	
Escola Municipal	Escola de Referência
A escola tem uma função a cumprir socialmente. A escolar é o lugar, por excelência, da mediação do conhecimento. A preocupação da escola é a de fazer com que o Educando participe do seu grupo, apropriando-se de valores, crenças e conhecimentos acadêmicos. E claro, participar da formação cidadã de cada indivíduo.	De orientar a formação de cidadãos éticos, solidário e capazes de buscar sua realização pessoal e profissional.

Ambas as escolas entendem que suas funções precisam desenvolver-se além do conhecimento acadêmico, posto que participem da construção dos indivíduos e que os mesmos devem ser capazes de expressar senso crítico, como também, tornam-se cidadãos mais participativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, o cenário educacional configura-se como um sistema que é manipulado pelo Estado para garantir a perpetuação das regalias das classes dominantes, dado que a escola pública é a fornecedora de mão-de-obra massificada (barata e sem contrariar as leis de mercado). Além disso, utilizar um sistema de hierarquização baseado nos méritos pessoais de cada indivíduo, e assim, poder transferir a responsabilidade de proporcionar a todos o acesso educação e de qualidade para o sujeito, conseqüentemente, o seu sucesso ou fracasso. É importante ressaltar, que ao longo da história brasileira sempre houve a separação entre escola de rico e de pobre, a qual reflete a cultura de um país voltado à dominação de uma minoria em relação à maioria.

Portanto, a participação e vigilância da sociedade em como as políticas públicas voltada para educação estão sendo implantadas nas escolas é muito importante, visto que refletem como o governo pensa em diminuir as desigualdades, assim como, o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

ASBAHS, Flávia da Silva Ferreira; DADICO, Luciana; ALVES, Luiz Antônio; ROMAN, Marcelo Domingues; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **Políticas Públicas em Educação & Psicologia Escolar**. IN: VIÉGAS, Lygia de Sousa; ANGELUCCI, Carla Biancha (orgs). 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Políticas da Educação: um convite ao tema**. In: VEIGA, Cynthia Greive (org). Carlos Roberto Jamil Cury: Intelectual e Educador. Belo Horizonte: Autêntica, 2010b.

FONSECA, Francisco César Pinto da. **Os Interesses por Trás das Políticas Públicas**. 2013. Disponível em: <<https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/gvp/os-interesses-por-tras-das-politicas-publicas>>. Acesso em: 06/08/2019.

LENZI, Tié. **Políticas públicas na educação: quais são e quem faz**. 2018. Disponível em: <<https://www.todapolitica.com/politicas-publicas-na-educacao/>>. Acesso em: 06/08/2019.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira. **A EDUCAÇÃO ESCOLAR: sociedade contemporânea**. Revista Fragmentos de Cultura. Goiânia: IFITEG, v. 8, n. 3, p. 597 – 612, 1998.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TORRES, Rosa Maria. **Educação para Todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.